



# Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense



**Instituto Estadual do Patrimônio Cultural**  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ



Parceria:



**CIDADE VIVA**  
INSTITUTO

denominação  
**Fazenda Santo Antônio da Cachoeira**

código  
**AII-F15-Vas**

localização  
**Estrada dos Ferreiros – Vargem do Manejo**

município  
**Vassouras**

época de construção  
**século XVIII**

estado de conservação  
**detalhamento no corpo da ficha**

uso atual / original  
**produção de cachaça ("Cachoeira de Cachaça") e pecuária de reprodução / fazenda de cana-de-açúcar e café**

proteção existente / proposta  
**nenhuma**

proprietário  
**particular**



Fazenda Santo Antônio da Cachoeira, fachada principal

coordenador / data **Annibal Affonso Magalhães da Silva / ago 2009**  
equipe **Rita de Fátima Machado Vilela e Geraldo de Souza Bastos Filho**  
histórico **Adriano Novaes**

revisão  
**Coordenação técnica do projeto**

A Fazenda Santo Antônio da Cachoeira localiza-se nas terras de Massambará, distrito de Vassouras, perto da divisa com o município de Miguel Pereira, de onde parte uma estrada com cerca de 10 km até a sede da propriedade. Outro acesso utilizado por quem está situado na região acima da Serra das Araras é pela Rodovia Lucio Meira (BR-393). Estando na cidade de Vassouras, pega-se esta rodovia na direção de Três Rios. Ao atingir a placa indicativa do km 221 há um posto de gasolina e cerca de 200 m à frente está a via para Massambará. Deste ponto até a praça central da localidade percorre-se 2 km. Em seguida, toma-se à esquerda na rua do campo de futebol, na qual, ao final, existe um acesso à direita para uma estrada de terra que apresenta um longo trecho em aclive até atingir uma cota elevada, de onde se tem ampla visão da paisagem, dominada pelos morros meia laranja cobertos por pastagens. Após percorrer cerca de dez quilômetros desde o centro de Massambará, depara-se com uma construção onde funciona um armazém/venda, típico de beira de estrada que possui um generoso alpendre frontal (f01 e f02). Do outro lado ficam as quedas d'água formadas pelas águas do Rio Arruda (f03), que deram origem ao nome da propriedade.

A frente dessa venda está a entrada da fazenda (f04). A pintura no muro, indicando o ano de 1755, foi feita pelo Sr. Joaquim Barros Alcântara Filho, que iniciou um estudo sobre a região após localizar, acidentalmente, em 1988, uma urna funerária indígena ao lado da barragem da cachoeira. O material que resultou desse estudo auxiliou a realização deste inventário. A data inscrita no muro foi encontrada na base de uma estátua de pedra representando a figura humana de um bandeirante.

As edificações que compõem o conjunto das instalações da fazenda distribuem-se num sítio rodeado por morros de pastos, sendo que, num pequeno trecho, mantém-se preservada a mata de onde provém o córrego que passa nos fundos do prédio da venda. A casa-sede está posicionada em cota mais elevada que o restante do conjunto (f05). As construções da parte baixa possuem uma linguagem arquitetônica comum e estão voltadas para um largo com piso de terra, utilizado para o tráfego dos veículos que abastecem o engenho. No local é fabricada a tradicional cachaça denominada "Cachoeira de Cachaça" (f06).

O bloco do escritório administrativo fica logo na entrada, em sequência ao prédio da venda. À esquerda fica a garagem (f07), seguida pela casa de força e, mais à frente, um pequeno depósito e um silo cilíndrico adaptado para depósito de óleo. O prédio original que abriga, atualmente, a venda formava um bloco em "L", que posteriormente, recebeu o acréscimo da área administrativa da fazenda formatando um "U" (f08).

A fachada principal (f09), voltada para a estrada, é destinada ao comércio e possui, em sequência, na lateral e aos fundos, um correr de cinco casas geminadas.



01



02



03



04



05



06



07



08



09

A destacar, em seu interior, a existência de pinturas representando a fabricação da cachaça (f10) e um arco de madeira, ao estilo “canga de boi”, que estabelece a divisão nos ambientes internos, sustentando a peça de uma antiga balança para a pesagem de mercadorias (f11).

Adiante, alinhada ao escritório, fica a carpintaria (f12), que, apesar de possuir as típicas janelas gradeadas da arquitetura rural, é obra recente, conforme informou o administrador, Sr. Ilson Ferreira Alves. Mais aos fundos, foi erguido outro prédio com as mesmas características para alojar um depósito de cachaça com pé direito duplo que guarda três grandes tonéis de madeira (f13). A baía de cavalos possui o formato de um “U” e foi construída com tijolo cerâmico (f14).

O prédio do engenho está subdividido em três partes: moenda, alambique e depósito de envelhecimento (f15). O sistema construtivo mescla materiais antigos e contemporâneos, com trecho em estrutura de concreto armado, pilares de tijolo e uma trama executada com técnicas atuais, coberta com telhas de barro (f16).

Sua implantação foi posicionada de forma a receber a água trazida por uma canaleta em pedra (f17), que, devido ao baixo estoque dos mananciais, não apresenta atualmente volume para tocar a roda de ferro (f18) que gerava a força motriz para os engenhos de cana e de café, situados um em cada lado. À sua esquerda funciona a moenda, acionada agora por dois motores elétricos. Na outra lateral fica o depósito de envelhecimento (f19), que ainda guarda o engenho de pilões que fazia o beneficiamento do café (f20).

Ao lado do engenho está o acesso para a casa-sede. Após subir cerca de vinte metros, chega-se ao topo do morro, marcado por espaço gramado, tomado por arbustos e algumas árvores de porte médio. A estrada segue até um largo para onde se volta a sua fachada principal (f21).



10



11



12



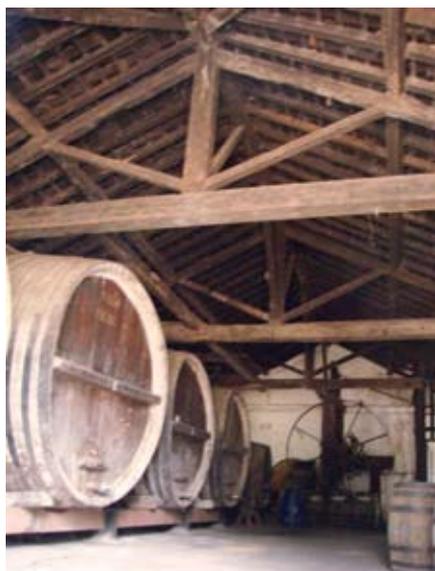
13



14



15



16



17



18



19



20



21

Na lateral esquerda deste largo, há uma murada de pedra, com cerca de um metro de altura, onde se espraia um gramado que serve como área de lazer, com uma piscina e uma pequena cobertura, ocupando posição, bem a seu lado, o castelo d'água (f22). Sequencialmente a este gramado, segue outro, adaptado como pomar (f23). Ambos formam dois tabuleiros retangulares, com contenção de pedra nas extremidades. A cota topográfica e o descampado do terreno à volta favorece uma incidência solar constante, levando a supor que este local, no passado, teria abrigado os terreiros de café.

Não foram realizadas pesquisas ou prospecções para verificar a existência de algum piso abaixo da camada de terra, tampouco acerca das demais estruturas que geralmente compõem o conjunto, como tulha, engenho e senzalas. Num texto do Sr. Joaquim Alcântara<sup>1</sup> é citado que o engenho aparece numa planta de 1853. Como era abastecido pela cachoeira, é possível que se trate do prédio atual, utilizado como engenho de cachaça. O documento cita também as senzalas. O administrador da fazenda informou que havia uma murada na divisa dos terreiros com a estrada, que desmoronou devido as constantes obras de recuperação da pista.

No entorno da casa-sede, notam-se três importantes elementos em pedra: o primeiro é um bloco que o Sr. Joaquim informa ser um marco de sesmaria (f24), o qual ele próprio retirou do local original e colocou onde se encontra atualmente. O segundo é um tanque – com bebedouro, instalado numa das extremidades do largo central (f25), e o último é uma estátua sem cabeça, inserida no arranque da escada, representando um bandeirante em posição de joelhos e com as mãos cruzadas à frente do tórax (f26). Há uma data incrustada na base, porém um dos números está ilegível. Segundo contam, a sua cabeça estaria enterrada junto com um tesouro.

Na beira da estrada que segue rumo a Miguel Pereira, fica o cemitério da propriedade, a poucos metros da casa-sede e a cerca de 600 m da venda (f27). Delimitado por muro de pedra, suas dimensões aproximam-se dos 35 m de largura por 25 m de comprimento. Alguns túmulos são do século XIX, com sepulcros de antigos proprietários da fazenda.



22



23



24



25

<sup>1</sup> Obra particular, disponibilizada para a equipe de campo. Engloba uma encadernação que reúne três trabalhos sobre a fazenda. Um de sua própria autoria, de 1990; o segundo, da Professora de Historia da Faculdade de Vassouras, a Sra. Sonia Violeta de Andrade Motta, também de 1990; e o terceiro, de 1991, configurado num relatório arquitetônico da casa-sede, feito pela Sra. Isabel Rocha, arquiteta do IPHAN do escritório técnico de Vassouras e professora de Arquitetura Brasileira da Faculdade de Arquitetura de Barra do Pirai.



26



27

A casa-sede da Fazenda Santo Antônio da Cachoeira (f28) apresenta uma rara tipologia dentre as sedes rurais do Vale do Paraíba Fluminense – onde predominaram, durante o século XIX, a influência mineira e o neoclássico. Acredita-se que seja um marco da época do desbravamento, sendo desconhecida a data precisa de sua construção<sup>1</sup>.

Apesar das reformas sofridas, observa-se o seu parentesco com o modelo da casa rural bandeirista (f29) –, que caracteriza-se por ser uma construção pesada, em que os adornos são raros, feita com grossas paredes de taipa de pilão, predominando os espaços cheios sobre os vazios. O piso fica ao rés do chão e a cobertura forma um amplo beiral. A fachada principal destes prédios é marcada pela varanda central entalada, com as laterais ocupadas pela capela e pelo compartimento que serve aos visitantes. O restante dos espaços é restrito aos moradores, resolvendo-se em torno de um pátio central, para onde estão voltadas as portas dos quartos.

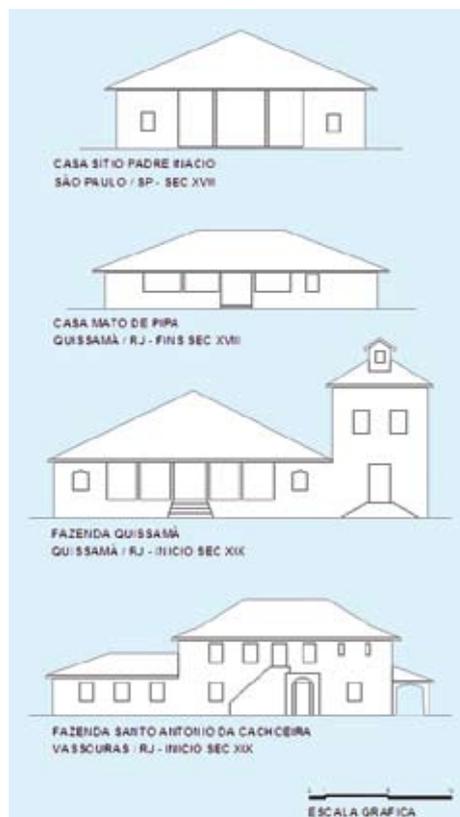
A casa-sede da Santo Antônio da Cachoeira apresenta uma volumetria atarracada e sua compartimentação, no andar superior, possui uma planta que se desenvolve de forma semelhante às casas bandeiristas. Seus dois andares seriam reflexo de uma evolução do torreão, que foi inserido no conjunto. Isto pode ser fruto das circunstâncias, uma vez que os donos de fazenda projetavam suas casas com condições de controlar o trabalho realizado no entorno. No lugar da tradicional varanda de entrada fica um salão, que também serve de nave (f30 e f31), em cujas laterais estão a capela (f32) e um quarto. Apesar das intervenções o restante da casa preservou a distribuição bandeirista. Uma porta protege os demais ambientes, resguardando a vida íntima. O espaço central foi mantido, para ele se voltam as portas dos quartos. A mudança visível é a caixa de escada que liga os dois pavimentos (f33). Não foi possível averiguar se ela existia, uma vez que não encontramos registros relativos à distribuição original. No estudo elaborado é mencionado que teria sido senzala e armazém, sendo possível também que fosse a tulha de café.

A volumetria apresenta dois pavimentos, mas a baixa altura do pé direito nobre, somada ao piso ao rés do chão, contribui para uma leitura densa e pesada. Mesmo apresentando um bom número de aberturas, os espaços cheios predominam sobre os vazios. O bloco da caixa de escada (f34), postado no plano à frente, reforça essa impressão de solidez.

As janelas inserem-se em vãos em verga reta. No lugar do modelo original estão as guarnições de madeira que abrem em folhas de veneziana para o exterior e em guilhotina de vidro e postigos de madeira ao centro (f35); este modelo substituiu as peças originais. Algumas janelas apresentam grades internas de proteção chumbadas à parede (f36 e 37).



28



29

<sup>1</sup> No trabalho do Sr. Joaquim Alcântara são elencadas algumas versões. A professora Sonia Violeta de Andrade Motta informa, em 1990, ter a casa no mínimo 160 anos. Dentre os fatores que norteiam seus estudos está a localização e ocupação do território. A arquiteta Isabel Rocha cita em seus estudos ser obra do primeiro dono, datando-a como sendo de meados do segundo quartel do séc. XIX. Ambas as autoras a posicionam cronologicamente no período "pré-cafeeiro".



30



31



32



33



34



35



36



37

A cobertura apresenta beiral simples, com peças de madeira na padronização existente no mercado assim como suas telhas de barro (f38). As telhas coloniais são contemporâneas.

O texto do Sr. Joaquim Alcântara cita duas reformas na história do prédio: uma na década de 1930 (quando estava em péssimo estado de conservação) e a outra na década de 1970. Na primeira, foi acrescentado o alpendre de acesso (f39) e a varanda lateral (f40) com a linguagem neocolonial predominante à época. Na segunda reforma, introduziu-se a estrutura de concreto e a nova cobertura.

A fachada de fundos (f41) também apresenta modificações, a cozinha foi ampliada até a porta de acesso, recebendo uma grande esquadria em ferro e vidro (f42). No lado de fora, há um pátio onde ficam os serviços de apoio, como a lavanderia e a área de serviço.

O programa atende às necessidades de uma residência contemporânea. Acredita-se que as aberturas em corte chanfrado sejam primitivas (f43), as demais seriam fruto de reformas posteriores, principalmente a executada na década de 1930.

O térreo aparenta grandes transformações. O piso de cerâmica e as vigas e laje de concreto armado foram instalados na década de 1970. Este pavimento abriga a parte social e a de serviço. Após adentrar a porta principal de madeira almofadada, chega-se numa antessala em que pequenas diferenças de nível demarcam os ambientes. A escada está ao centro (f44). Pela sua extremidade esquerda está a sala de estar (f45), com três portas de madeira em folha dupla que conjugam bandeiras externas de madeira em veneziana e as internas em vidro e postiços de madeira (f46). Externamente está a varanda, sustentada por pilares circulares que formam uma arcaria plena (f47).



38



39



40



41



42



43



44



45



46



47

Aos fundos da escada foi instalado o escritório e um banheiro. Ao lado está a copa/cozinha, revestida com azulejo. A parede externa foi aberta para instalar uma esquadria de vidro que permite uma visualização panorâmica do exterior.

Os demais ambientes situam-se no bloco térreo, situados na extremidade direita. A sala de jantar (f48) ocupa grande parte dos espaços e aos fundos fica uma sala de TV – único ambiente do térreo onde foi preservado o forro de madeira primitivo. São fruto das reformas os demais espaços, ocupados por dois quartos e um banheiro.

A escada interna se desenvolve num lance mais alongado até chegar num patamar que divide-se em dois lances laterais menores que desembocam no pavimento superior (f49). Neste, os ambientes apresentam a feição original, tanto em termos de distribuição espacial quanto na conservação dos pisos (f50) e forros (f51). O cômodo de distribuição central, onde se insere a escada, é arrematado por um forro de madeira bicolor no sistema saia e camisa (f52). Ao todo, quatro portas se voltam para a circulação central, todas elas conjugam madeira cega na base e vidros com postigos de madeira acima, e o arremate se dá por uma bandeira em vidro.

O acesso aos ambientes íntimos se faz por três dessas portas. Os banheiros receberam cerâmica no piso, já nos quartos, foi mantido o piso de madeira em junta cega, que à época da instalação da laje foram retirados e depois recolocados. Foi preservado também o forro de madeira saia e camisa, que acompanha a inclinação da cobertura (f53).

A última dessas portas abre-se para os ambientes que atendem ao convívio social. Em cada um dos lados há uma janela com fechamento em guilhotina de vidro e postigos de madeira. Essas esquadrias delimitam os espaços frontais, constituídos pelo salão e a capela, que possui uma porta de madeira cega, sustentada por robustas dobradiças de ferro (f54). Destaque para o forro em gamela com pintura bicolor e para as aberturas verticais em forma de seteiras.

Ao centro da sala há outra porta em madeira almofadada (f55), que leva à escadaria exterior em pedra lavrada e guarda-corpo de alvenaria.



48



49



50



51



52



53



54



55

Casa assentada sobre base de pedra onde se elevam espessas paredes externas com cerca de 80 cm. Não foi possível analisar sua técnica construtiva, porém no trabalho pesquisado é citado o adobe pela arquiteta Isabel Rocha, enquanto a professora Sônia informa ser taipa de pilão. As paredes internas são de pau-a-pique, apresentando menor espessura, havendo também, devido às reformas, algumas em tijolo cerâmico. Mesclado ao sistema construtivo está o concreto armado, compondo uma estrutura de pilares, vigas e a laje entre os andares (f56).

O prédio não aparenta rachaduras ou recalques que possam vir a comprometer a sua estrutura. O pavimento superior manteve o sistema construtivo original. As paredes internas de pau a pique receberam a companhia de outras em tijolo cerâmico, que fazem a nova divisão dos cômodos. Os forros de madeira no sistema saia e camisa estão em bom estado de conservação, bem como o piso, também em madeira, em junta cega, que foi retirado e recolocado sobre o piso de concreto armado.

As instalações são recentes, a elétrica corre embutida na parede, assim como a hidráulica e a sanitária, em que se utilizou tubos de PVC. Não foi possível acessar a cobertura, os locais visíveis – como os beirais e a varanda – mostram a trama de madeira em perfeito estado. As telhas cerâmicas são bem encaixadas e se apresentam em bom estado, estando encobertas por uma camada de pátina (f57).

Notam-se respingos de água na base da alvenaria externa e alguns pontos em processo de pulverulência nas fachadas. Percebe-se o desgaste das peças das esquadrias – como o soco da porta superior – ocasionada pelo acúmulo de água (f58).



56



57



58

Fontes:

SAIA, Luiz. *Notas Sobre a Evolução da Morada Paulista*, Editora Acrópole 1957;

\_\_\_\_\_. *Morada Paulista*, Editora Perspectiva 1995;

\_\_\_\_\_. Sítio do Padre Inácio, Cotia SP, artigo in Revista do IPHAN, nº 08, 1944. Autor Luiz Saia, pág 264.

GOMES, Geraldo. *Engenho & Arquitetura*. Editora Fundação Gilberto Freire, 1998;

PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigos Engenhos de Açúcar no Brasil*. Editora Nova Fronteira, 1994;

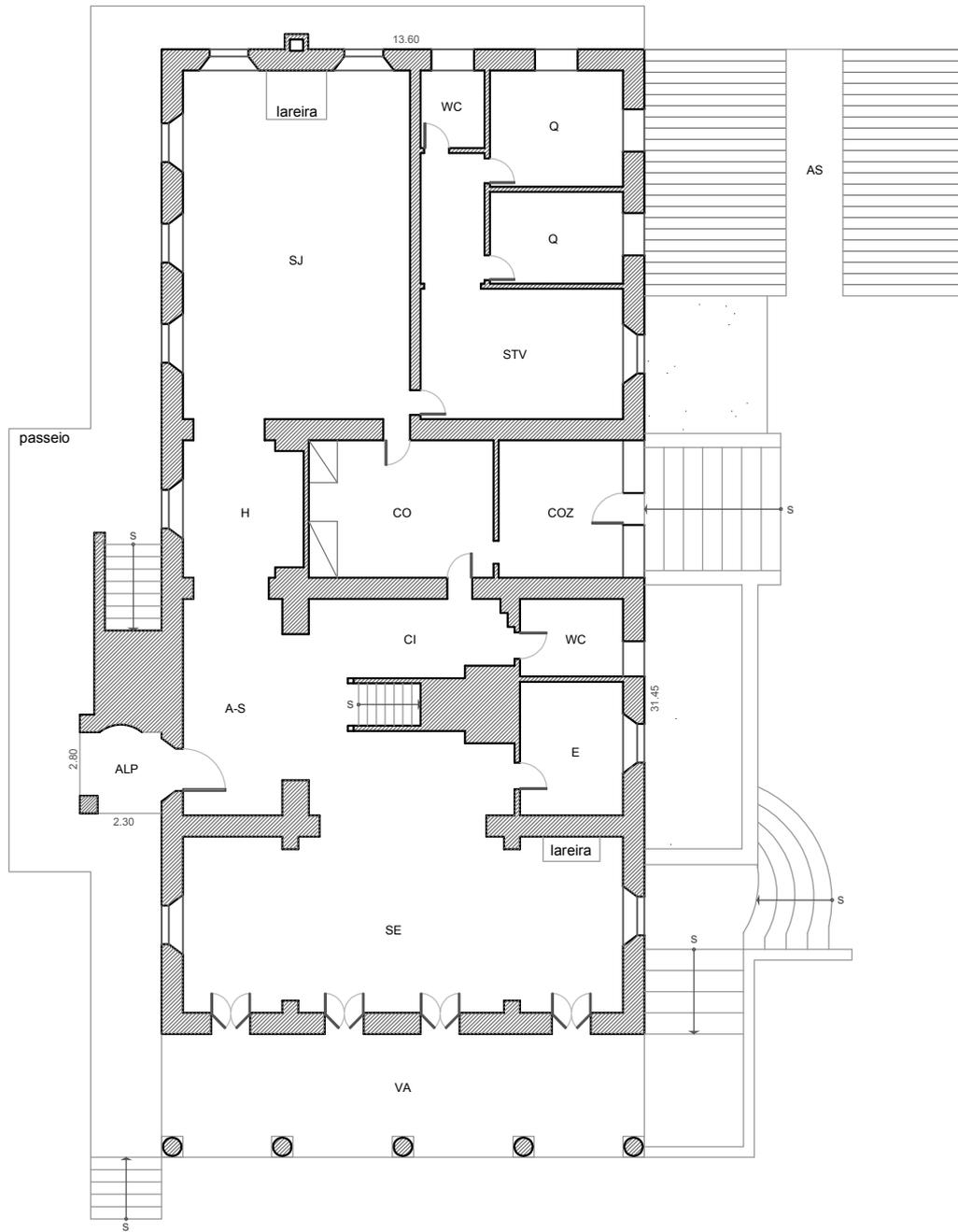
CALVENTE, Eurico Antônio. *Arquitetura e Tradição Familiar – um estudo das transformações de plantas de fazendas construídas no século XIX em Quissamã, Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, UFRJ/FAU/PROARQ, 2001;

### FAZENDA SANTO ANTONIO DA CACHOEIRA



**1** Implantação  
escala: 1/1750  
0 5 10 40

**FAZENDA SANTO ANTONIO DA CACHOEIRA**



1

**Planta Baixa da Sede - Térreo**

escala: 1/200

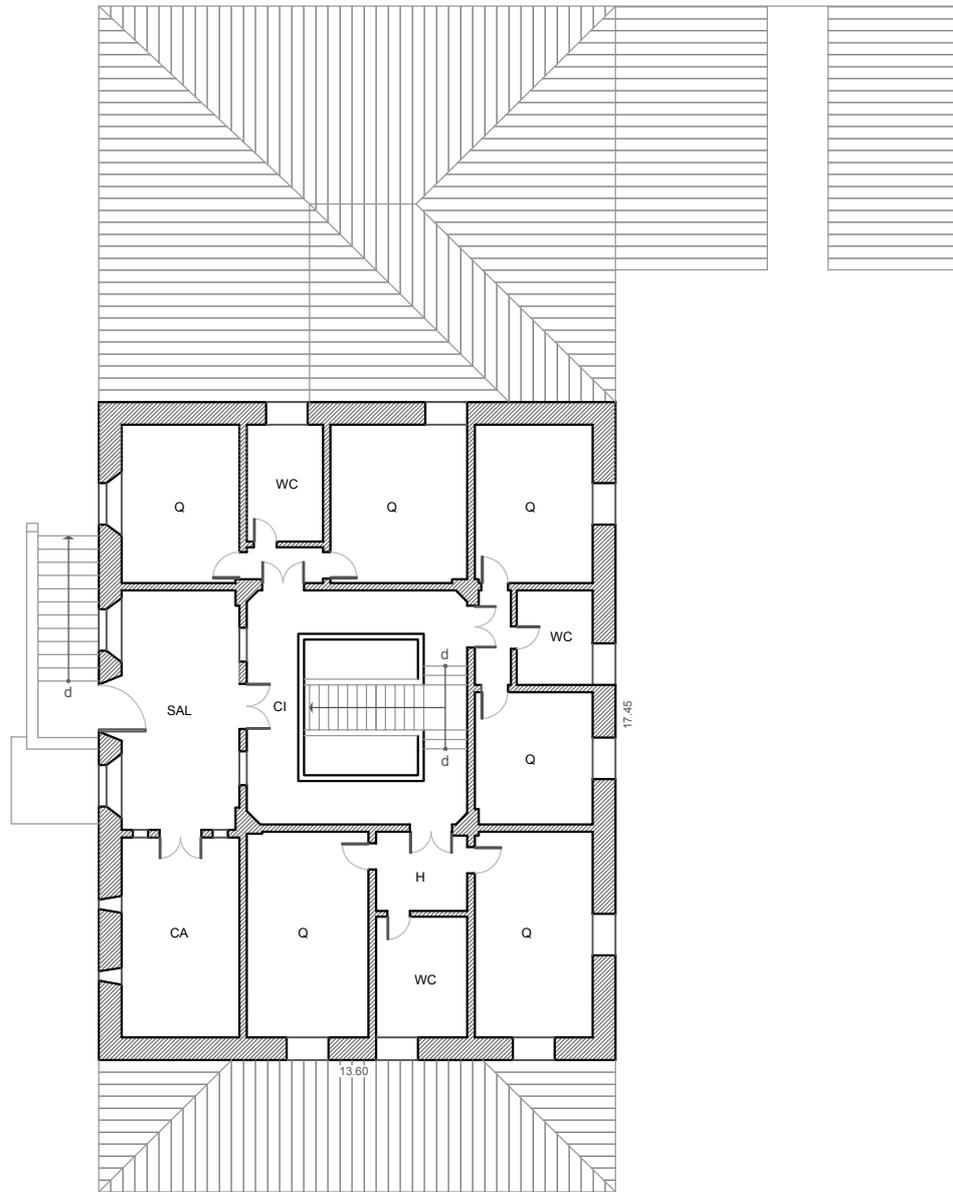


ALP - alpendre	CI - circulação	E - escritório	SE - sala estar	VA - varanda	alvenaria existente
A-S - ante sala	CO - copa	H - hall	SJ - sala de jantar	WC - banheiro	alvenaria demolida
AS - área de serviço	COZ - cozinha	Q - quarto	STV - sala de tv		

**FAZENDA SANTO ANTONIO DA CACHOEIRA**

Observações:

1. O salão, localizado no acesso ao pavimento aqui exibido, abriga a dupla função de sala de recepção e nave para a capela.



**2** Planta Baixa da Sede - 2º pav.  
 escala: 1/200

CA - capela	H - hall	SAL - salão	alvenaria existente
CI - circulação	Q - quarto	WC - banheiro	alvenaria demolida



Inicialmente, esta fazenda era apenas conhecida como Fazenda da Cachoeira, só no final do século passado foi acrescentado o nome Santo Antônio.

Tudo indica que a fazenda foi fundada por volta de 1810, quando do casamento de Luiza Inácia da Conceição com o alferes João Barbosa dos Santos. Ele, filho do capitão José Luis dos Santos e Inácia do Rosário, senhores da sesmaria da Várzea<sup>1</sup> e Vila Latina<sup>2</sup>, e ela, filha de Luis Gomes Ribeiro<sup>3</sup> e Joaquina Matildes de Assunção, senhores da fazenda vizinha a do Guaribú. As terras da Cachoeira foi resultado da união de parte das terras da Fazenda do Guaribú, feitas como dote de casamento e de parte da sesmaria da Várzea e Vila Latina, dos pais de João Barbosa dos Santos.

Embora tudo leve a crer que foi no início do século XIX que a fazenda foi fundada, há pesquisadores que acreditam que tal fato só teria ocorrido décadas antes, ainda no século XVIII. Essa teoria seria fundamentada na arquitetura da sede da fazenda, de características bandeirantes muito comum nos engenhos de produção de açúcar.

Controvérsias à parte, o certo é que a propriedade floresceu durante o século XIX e se tornou uma importante unidade de produção de café, principalmente depois da abertura da Estrada do Comércio, entre os anos de 1816/17, que passava a poucos metros da sede da fazenda.

Luiza Inácia e João Barbosa dos Santos falecem sem testamento, respectivamente, em 14/10./1840 e 25/02/1844, sendo iniciado o primeiro inventário em 1841 e o segundo em 1844.

No inventário de 1841, havia na fazenda 172 escravos e 55 mil pés de café, e no de 1844, 180 escravos e 71 mil pés de café. Com estes dados podemos, classificar a Fazenda da Cachoeira como uma fazenda de porte médio.

O patrimônio do casal João Barbosa dos Santos e Luiza Inácia foi dividido entre seus filhos.

A filha, Rita Babosa dos Santos, casada com o dr. Joaquim de Souza Oliveira Pinto, anexou as terras herdadas às do marido, a Fazenda das Moendas; Emilia Barbosa dos Santos se casou com seu tio, Quintiliano Ribeiro de Avelar, e fundaram a Fazenda Boa Sorte (hoje São Luis da Boa Sorte); o filho Luis Barbosa dos Santos, casado com a tia, Margarida Rodrigues dos Santos, formou a Fazenda Santana (hoje Santa Rosa); a filha Maria Luiza, casada com o dr. José Ribeiro Leite Zamith, recebeu uma parte das terras da Cachoeira, unindo-as às da vizinha Fazenda das Caveiras, que o dr. Zamith havia comprado anteriormente, formando a nova Fazenda da Várzea; os dois filhos menores, João Barbosa dos Santos e José Mariano Barbosa dos Santos, receberam a sede da Fazenda da Cachoeira e parte das terras.

João Barbosa dos Santos (filho) e sua mulher Felisberta Balbina dos Santos Avelar, em 1848, venderam sua parte ao irmão José Mariano.

Em 1853, José Mariano Barbosa dos Santos, casado com Luiza dos Passos Werneck, vendeu a maior parte da Fazenda da Cachoeira a Paulino Vieira Pacheco, ficando apenas com a Fazenda de Dentro, na qual fundou a fazenda Horizonte, cujos limites foram demarcados em 1877. Ao possuir a Fazenda da Cachoeira, Paulino já era proprietário de terras tanto na Várzea como na Vila Latina, além de algumas porções adquiridas nas margens do Rio Paraíba do Sul.

Paulino Vieira Pacheco tinha fortes ligações com os sesmeiros da Vila Latina e da Várzea, Caetano de Souza Suzão foi seu avô materno. Por outro lado, em 1838, Paulino casou-se com Ana Isabel de Assunção, neta pelo lado paterno de Antônio Luis dos Santos irmão de João Barbosa dos Santos. Sob sua direção, a Fazenda da Cachoeira conheceu o apogeu da cultura do café em meados do século XIX. Além da expansão dos cafezais que chagaram a totalizar 135 mil pés, empreendeu inúmeras melhorias na unidade de produção. Juntamente à construção de novas instalações, inclusive casa de negócio<sup>4</sup> às margens da Estrada do Comércio, a casa de vivenda foi ampliada, restaurando e cercando na frente com muros com balaustrados. Tulhas são assoalhadas e terreiros murados. Nos paióis e estrebarias lavantou-se paredes de pedra. Maquinários mais modernos como engenho de pilões (ainda existentes na fazenda), moinho de descascar café, ventiladores, moendas e fornos novos em cobre.

Paulino faleceu em 9 de agosto de 1870<sup>5</sup> e sua viúva, vendeu parte das terras da Cachoeira e deixou o restante para quatro filhos: Maria Luiza, Francisca Maria, Antônio Luiz e José Luiz, que, aos poucos, também venderam suas partes.

Os problemas financeiros que afetaram diretamente os descendentes de Paulino Vieira Pacheco, na década de oitenta, acarretou a divisão das terras da Cachoeira. Reduzida a cinquenta alqueires geométricos de terras e um quarto, passou às mãos dos herdeiros cessionários José de Avelar Fraga e Joaquim Caetano da Fraga através de remissão da dívida contraída por Ana Isabel com o credor hipotecário Miguel da Conceição Pint, pelo preço de 51:202#500 rês, correspondente à avaliação judicial realizada em 1878.

Joaquim Caetano da Fraga, na qualidade de sócio proprietário da metade da sociedade Fraga & Irmão, impede que a Cachoeira seja vendida em praça para pagamento dos credores e herdeiros de seu irmão José, falecido em 1891. Depois de liquidar a sociedade e saldar as dívidas do irmão, tornou-se o único proprietário da Fazenda da Cachoeira.

Ao falecer em 1927, Joaquim Caetano da Fraga, além de alguns imóveis na cidade de Vassouras deixou um patrimônio no valor de 145 contos de réis em terras e benfeitorias nas fazendas Cachoeira, Santa Rita e Estiva a ser dividido entre a esposa Maria Madalena Fraga e os filhos.

No ano seguinte, a viúva D. Madalena casou-se pela segunda vez, com Inácio Viveiros Raposo, importante memorialista vassourense autor do livro *História de Vassouras*.

Em 1929, Madalena e Inácio Raposo venderam a Cachoeira para o casal Mirandolina e dr. Antônio Lacerda de Menezes. Ele, industrial nascido em Paris, dono da Fábrica de Tecidos Confiança no Rio de Janeiro, e ela, rica de família Pessoa de Queiroz, de Pernambuco.

dr. Menezes e D. Mirandolina tiveram quatro filhos: Jaime, Ivam, Cristinano e Liliana.

Com a morte do dr. Menezes em 1952 e o novo casamento de D. Mirandolina com Sebastião Borges Leão, a Cachoeira acabou ficando para os três filhos homens.

Os três irmãos se desentenderam e, em 30 de junho de 1969, venderam a fazenda para o casal Orminda e Mário A. Sales. Por motivos diversos essa compra não foi concretizada.

Em dezembro de 1970, o negócio foi fechado com dr. Joaquim Barros Alcântara Filho, atual proprietário.

A família Barros Alcântara empreendeu na fazenda que passou a se denominada “Santo Antônio da Cachoeira” –inúmeras melhorias. Realizou, entre outras coisas, um formidável estudo sobre as origens da fazenda elaborado pela professora Sônia Violeta de Andrade Motta, do qual foi extraído todo o conteúdo deste texto. O estudo da arquitetura ficou a cargo da ilustre arquiteta do IPHAN Isabel Rocha Ferreira.

<sup>1</sup>Estas terras eram constituídas de duas sesmarias: uma era uma carta de 13 de agosto de 1743, dada a Paulo Caetano de Souza, e outra, dada a Domingos da Costa Guimarães, em 8 de novembro de 1750. A primeira, confirmada em 10 de abril de 1755, e a segunda, em 11 de abril de 1755. A união destas duas sesmarias resultou na sesmaria do “Sertão da Varzea”, “Várzea” ou “Varge Grande”, cuja posse para os casais José Luis dos Santos e Inácia Maria do Rosário e Caetano de Souza Suzão e Gertrudes Barbosa da Cruz, como cessionários de Domingos da Costa Guimarães.

<sup>2</sup>A sesmaria de Vila Latina, confrontante da sesmaria da Várzea foi adquirida por José Luis dos Santos através de solicitação de 1786 e confirmação de 1805. Com divisão das terras em 1821, ficou assim estabelecido: as sesmarias de Várzea com os herdeiros de Caetano de Souza Suzão e Gertrudes Barbosa da Cruz. A sesmaria Vila Latina e parte da Várzea com os herdeiros de João Luis dos Santos e Inácia Maria do Rosário.

<sup>3</sup>Luiz Gomes Ribeiro, de origem portuguesa, explorava garimpo em Serro Frio em fins do século XVIII. Após o esgotamento das minas de ouro, mudou-se para Paty do Alferes a fim de dedicar-se à lavoura da cana-de-açúcar. Na Fazenda Pau Grande, que em sociedade encontrava-se, aumentou sua riqueza. Construiu na mesma, em 1805, a sede da Fazenda Pau Grande. Nesta, permaneceu até 1811, quando mudou-se para a Fazenda do Guaribú, também nas proximidades de Paty do Alferes (MORAES, 1994).

<sup>4</sup>Esta edificação ainda existe, era utilizada na parte da frente como armazém para o comércio de secos e molhados, louças, ferragens, tintas e, armário nos fundos, como moradia.

<sup>5</sup>Encontra-se enterrado no cemitério próximo à sede da fazenda conhecido como “Cemitério da Vargem”. Todo murado de pedra, está localizado na variante da Estrada de Minas, funcionando desde o início do século XIX. Foi encontrado, na matriz de Vassouras registro de sepultamento neste cemitério a partir de 1820.